

MAD - Movimento para o Aprofundamento da Democracia

COMISSÃO COORDENADORA NACIONAL

RELATÓRIO DE UMA EXPERIÊNCIA

1 - INTRODUÇÃO: As Aspirações

Como o nome já indica, o MAD - Movimento para o Aprofundamento da Democracia, nasceu da insatisfação que o novo regime democrático português, tal como se foi desenvolvendo na sequência do 25 de Abril de 1974, gerou em largos sectores da população.

De entre estes são de revelar aquelas pessoas que desde o início do processo, senão já de antes, se encontravam altamente envolvidas numa participação sócio-política.

Um primeiro ponto de consenso estabeleceu-se, pois, por parte de várias pessoas oriundas de quadrantes políticos diversos, e entre todas elas enquadráveis, entretanto, na área da esquerda democrática: o da necessidade de encontrar meios através dos quais o sistema democrático português frágil de terra idade, se pudesse consolidar e estruturar com maior profundidade e consistência. Tratava-se, de certo modo, de querer lutar, em todos os terrenos possíveis, para defender e fortalecer o espírito do 25 de Abril contra, tanto as forças do passado ditatorial, como contra a penetração avassaladora e indiscriminada do sistema económico e social dominante no chamado mundo ocidental.

Um segundo ponto de consenso terá sido a convicção de que só através de um aprofundamento de ideias de cariz cultural incluindo este termo cultural as vertentes da técnica, da ciência e das artes, estas últimas enquanto manifestações de incomodidade, geradas



e sonho) se poderia articular projectos de vias alternativas de desenvolvimento para o nosso país, que não as vias do "pronto-a-vestir" rapidamente importadas da Europa ou da América.

Em síntese, poderemos considerar terem sido vectores principais do Movimento: a) a luta por uma democracia participada, isto é, mais autenticamente democrática; b) a luta por um projecto de desenvolvimento económica e socialmente equitativo, não identificável com nenhum "socialismo de gaveta"; c) a luta por uma cultura globalizadora dos problemas, capaz de gerar localmente soluções alternativas para uma sociedade na encruzilhada; d) a luta pelo cumprimento do texto constitucional enquanto propositor dum sistema político amplamente participado e não vinculado, em definitivo, a um ou outro dos dois sistemas político-económicos que hegemonizam grande parte do nosso planeta.

Fundação Cuidar o Futuro

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, DESENVOLVIMENTO EQUITATIVO, CULTURA GLOBALIZADORA E DE ALTERNATIVA CRIATIVA, eis pois três pontos fulcrais que terão feito confluír muitas pessoas ao nosso Movimento.

2 - O funcionamento

Houve, no entanto, que ter em conta o mais difícil: pôr o próprio Movimento a funcionar. Sem entrar aqui no pormenor das actividades destes três anos - o MAD foi fundado em 14/15 de Maio de 1983 - poderemos, desde já, extrair provisoriamente as seguintes conclusões:

a) Havendo a convicção bastante generalizada (vide Prefácio ao texto "Estruturação Mínima Adoptada" aprovado em 14/15 de Maio de 83) de que um Movimento que se propõe lutar pela democra-



cia participada, tem ele próprio de saber encontrar mecanismos de ampla participação dos seus aderentes, tudo indica que na realidade não se soube encontrar soluções novas e/ou adequadas que institucionalizassem, no seio do Movimento, a participação activa de todos. (Haveria, talvez, que ter criado desde logo mecanismos de feedback informativo e coordenação a todos os níveis que não chegaram a ser propostos ou, quando o foram, não chegaram a ganhar corpo).

b) Havendo a convicção generalizada de que o Movimento deveria ter implantação regional e local privilegiadas (vide texto citado e "Estrutura Organizativa do MAD" aprovada em 21/22 de Janeiro de 84) isto só muito parcialmente terá sido conseguido, tendo, pelo contrário, a estrutura nacional e de cúpula do Movimento refreado o seu possível crescimento, até pelas dificuldades que uma tal estrutura sempre apresenta quando pretende representar por igual o todo nacional. Sem detrimento de uma coordenação de tipo federativo, somos levados a concluir que uma implantação por unidades geográficas mais pequenas teria facilitado o crescimento e o alastramento do nosso projecto. (Há, no entanto, que ter em conta possíveis condicionamentos exteriores, vide continuadas crises políticas e sucessivos actos eleitorais).

c) Outra fraqueza do Movimento terá sido o não ter sabido projectar para o exterior, para assim as dinamizar e enriquecer, as suas propostas de democracia participativa, desenvolvimento económico, equitativo e cultura globalizante e de alternativa. Muito trabalho foi sendo realizado neste campo - e algum dele terá, inclusive, ido beneficiar os projectos eleitorais de outras forças



nomeadamente as partidárias - mas o Movimento não recebeu o crédito que merecia por esse trabalho, talvez porque não soube dar-lhe a devida projecção para o exterior. Terá faltado ao Movimento capacidade de resposta no terreno da operacionalização e potenciação das várias sugestões e propostas de que foi sendo berço ou catalisador. O acesso aos meios de comunicação social de massa nunca é fácil e muito menos para um Movimento diferente das estruturas cívicas e políticas existentes, e possivelmente haveria que ter lutado mais para garantir uma cobertura viva e polémica acerca das actividades do Movimento. (De novo, aqui, as condicionantes da circunstância política em sentido restrito terão tido o seu peso inibidor, além de outros eventuais obstáculos socio-culturais menos óbvios).

d) Por outro lado, o Movimento poderá ter pecado por não se ter assumido frontalmente como movimento político (o que não é dizer o mesmo que partido) a fim de surgir aos olhos de todos como sede de propostas de alternativa à política patrocinada pelos partidos existentes.

e) Finalmente, não terão surgido no seio do Movimento núcleos de actividade suficientemente dinâmicos e autónomos quanto à sua gestão interna, no sentido de se gerarem focos de renovação cultural e propostas verdadeiramente alternativas aos esquemas de funcionamento socio-cultural dominantes. Entre outras razões, terá primeiro havido falhas de coordenação interna das actividades, falhas essas que só foram sendo detectadas à medida que o tempo foi passando e o Movimento esmorecendo, desperdiçando-se assim, muitas vezes, esforços desenvolvidos bastante meritórios. Segundo, terá



havido uma certa disparidade de pontos de vista à partida em determinadas áreas, disparidade essa que o Movimento nem sempre conseguiu superar no decurso das suas actividades.

Ressalvando, pois, as condicionantes provocadas pela crise política, determinando sucessivos actos eleitorais, e ressaltando a participação activa que a grande maioria dos aderentes do MAD teve na última campanha presidencial que, na realidade, se prolongou durante quase todo o ano de 1985 até Março de 1986 (mas acerca disso se deverá continuar a discutir em outra sede), poderemos, pois, concluir que: A. O Movimento deveria ter sabido consagrar instâncias novas de democracia participativa institucionalizada a nível interno: B. O Movimento deveria ter sabido redimensionar-se, criando quanto antes núcleos com autonomia decisória mais delimitados geograficamente: C. O Movimento deveria ter planeado uma maior projecção das suas iniciativas para o exterior: D. O Movimento não deveria ter escamoteado as questões que se relacionam com o poder político (e com o poder económico e social que àquele se associam), porque a participação dos cidadãos é, ela mesma, uma instância de poder, muitas vezes em luta aberta com as restantes como a própria prática do Movimento várias vezes demonstrou. E. O Movimento deveria ter-se dotado desde cedo de uma estrutura legalizada mínima em que se apoiasse e que garantisse, entre outros factores, a sua desenvoltura financeira.

3 - Realizações mais notáveis do Movimento

3.1 - *Encontro constitutivo*: O MAD constituiu-se no Encontro Nacional de 14/15 de Maio de 1983, assumindo-se à partida



como movimento cívico de reflexão e acção. Nesse Encontro foi aprovado o documento orientador "AGIR LOCALMENTE / PENSAR GLOBALMENTE - Critérios sobre Métodos de Acção e Formas de Organização" e ainda o texto "Estruturação Mínima Adoptada". Ambos os documentos "fundadores" constituem um património precioso para um projecto de democracia participativa. A estes veio juntar-se o "COMUNICADO FINAL DO ENCONTRO DE 14 e 15 DE MAIO DE 1983".

3.2 - *Plenários nacionais*: Competindo ao Plenário Nacional, entre outras tarefas, pronunciar-se sobre as grandes linhas do Movimento e fixar os princípios programáticos gerais, a sua realização constitui, sempre, momentos importantes do Movimento

3.2.1 - Em 21/22 de Janeiro de 1984 realizou-se no Porto o I PLENÁRIO NACIONAL, que se centrou na ideia-chave "PROJECTAR ABRIL". Sobre este tema interveio Maria de Lourdes Pintasilgo cuja comunicação ficou a constituir um documento central do Movimento. As "LINHAS DE ORIENTAÇÃO DO M.A.D.", então aprovadas, também continham um conjunto de objectivos de intervenção e de propostas de acção que se centravam na realização, a nível nacional, das JORNADAS PROJECTAR ABRIL.

3.2.2 - O II PLENÁRIO NACIONAL realizou-se em Lisboa a 9/10 de Março de 1985. O plano de actividades para esse ano, "ORGANIZAR LOCALMENTE A INTERVENÇÃO



GLOBAL", continha um conjunto de linhas de acção que, partindo das circunstâncias então emergentes, visavam a luta pela *defesa da democracia*. Um novo texto sobre a "ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO M.A.D." foi igualmente aprovado.

3.3 - Tomadas de Posição Públicas

3.3.1 - Cabendo à Comissão Coordenadora Nacional, entre outras funções, intervir junto dos órgãos de poder e da opinião pública, assumindo posições em consonância com o Movimento, foram da sua responsabilidade diversos documentos quer sobre a situação social, política e económica do País, quer sobre questões pontuais que interessavam ao MAD:

Fundação Cuidar o Futuro

- Em Novembro de 1983: "O MAD E A SITUAÇÃO PRESENTE: VENCER A RESIGNAÇÃO FACE A CRISE, IMPULSIONAR UM NOVO DESENVOLVIMENTO, CONSTRUIR O FUTURO EM DEMOCRACIA".
- Em Abril de 1984: "A DESCENTRALIZAÇÃO E A REGIONALIZAÇÃO: PARA VENCER A CRISE: RENOVAR A SOCIEDADE E APROFUNDAR A DEMOCRACIA".
- Em Julho de 1984: Comunicado contra a PROPOSTA DE LEI DE SEGURANÇA INTERNA e saudando a então nova formação política, o actual PRD.
- Em Setembro de 1984: Comunicado sobre as ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1985 e sobre o perfil do candidato capaz de corresponder aos desa-



fios de um caminho novo de exercício real da democracia.

- Em Dezembro de 1984: Comunicado sobre a SITUAÇÃO SOCIAL, POLITICA E ECONOMICA DO PAIS.
- Em Abril de 1985: "ABRIL E UMA ESPERANÇA POR CUMPRIR".

Todos estes comunicados tiveram algum eco, maior ou menor, na imprensa e na rádio.

3.3.2 - Para além destas, outras posições públicas foram tomadas quer por iniciativa das Coordenadoras Regionais quer de grupos de aderentes locais:

- Em Março de 1984: atitude de repúdio pela prisão dos trabalhadores e delegados sindicais que se manifestavam em S. Bento; pelo núcleo de Setúbal;
- Em Maio de 1984: "NÃO HA JUSTIÇA NA ESPERA": abaixo-assinado aos órgãos de soberania e ao Provedor de Justiça com 840 assinaturas de cidadãos, reclamando medidas adequadas a pôr termo às demoras inaceitáveis no funcionamento dos Tribunais. Como consequência o Serviço do Provedor de Justiça pediu informação ao Ministério da Justiça e a D.G. dos Serviços Judiciários respondeu prestando diversos esclarecimentos remetidos a um dos signatários.
- Em Julho de 1984: à porta de S. Bento foi dis

Fundação Cuidar o Futuro



- tribuído um APELO AOS DEPUTADOS relaciona-
do com o debate parlamentar sobre a Lei de
Segurança Interna. A propósito do mesmo de-
bate, outros grupos de aderentes tomavam idên-
ticas posições públicas em defesa da Democra-
cia, como foi o caso do Porto e de Santarém.
- Em Janeiro de 1985: foi entregue aos deputa-
dos da Assembleia da República um exemplar
do n.º 1 do ANIMADOR, o qual continha um ar-
tigo de crítica à proposta da Lei das Rendas
intitulado: "JUSTIÇA NAS RENDAS?"
 - Em Setembro de 1985: "OS CIDADÃOS E AS ELEI-
ÇÕES", comunicado emanado da Coordenadora Re-
gional do Norte, chamando todos os cidadãos
a uma maior intervenção na vida pública.

Fundação Cuidar o Futuro

3.4 - Jornadas "PROJECTAR ABRIL"

No âmbito desta iniciativa realizaram-se as seguintes sessões:

- Em 8 de Abril de 1984, em Lisboa: A abertura das Jornada-
das com "intervencões-testemunho" de pessoas represen-
tativas de vários sectores socio-profissionais.
- Em 22 de Junho e 20 de Julho de 1984, no Porto: Inter-
vieram sobre o tema "DEMOCRACIA E ESTRUTURA DO ESTADO"
Maria de Lourdes Pintasilgo, Melo Antunes, Manuel dos
Santos, Rui Namorado, Salgado Senha, Medeiros ferreira
e Alberto Martins.



- Em 29 de Junho de 1984, em Braga: Um colóquio-debate dedicado ao tema "O Minho e alguns dos seus problemas: educação, cultura, desenvolvimento, agricultura e mundo operário".

3.5 - Outras Sessões Públicas

3.5.1 - No sentido de contribuir para um debate alargado sobre as grandes questões nacionais, sobretudo a partir das necessidades locais e regionais, foram realizadas por estas estruturas diversas iniciativas:

- Em Lisboa e no Porto, em finais de 1983, dois debates públicos sobre o PLANO ENERGETICO NACIONAL, animados pelo Prof. Delgado Domingos.

Fundação Cuidar o Futuro

- No Porto, entre Outubro de 1984 e Abril de 1985, realizaram-se quatro Sessões de Informação e Trabalho, tendo tratado temas tão diversos como SINDICALISMO; COOPERATIVISMO; CONGRESSO DE MEDICINA POPULAR DE VILAR DE PERDIZES; PLANO ENERGETICO NACIONAL E OPÇÃO NUCLEAR; CALENDARIO POLITICO DE 1985; CENTRO HISTORICO, BAIROS DEGRADADOS, POPULAÇÃO E NECESSIDADES BASICAS; O CONGRESSO DOS POVOS DO PARQUE NACIONAL PENEDA-GERES; OS JOVENS E A NECESSIDADE DE EMPREGO NA REGIÃO NORTE; etc.
- Em Lisboa, em Junho de 1985, realizou-se um Encontro sobre "OS EFEITOS SOCIAIS DA CRISE (Salários em atraso, pensões miseráveis, desemprego e fome)".



3.5.2 - A partir da actividade dos núcleos temáticos do Movimento realizaram-se diversas actividades dedicadas a um tema particular.

Destacaram-se particularmente os Núcleos de Educação:

- Em Março de 1984, no Porto, uma sessão pública sobre "O Ensino Unificado e o Ensino Técnico".
- Em Março de 1984, em Lisboa, uma sessão pública sobre o Ensino Técnico-Profissional.
- Em Fevereiro de 1985, no Porto, uma sessão pública sobre "CLASSIFICAÇÃO - FORMA DE SELECÇÃO SOCIAL NAS ESCOLAS?"

3.5.3 - Em colaboração com outras associações foram promovidas actividades tais como:

Fundação Cuidar o Futuro

- No Porto, em Abril de 1984, sessão pública com Rudolph Bahro, dedicada ao tema "O GERMINAR DA SOCIEDADE ALTERNATIVA".
- Em Coimbra, em Maio de 1984, um debate público sobre o tema "QUESTIONAR A ENERGIA", incluindo acções de rua, exposição e colóquio.

3.6 - Núcleos Temáticos

Já se fez referência aos Núcleos de Educação que realizaram diversas actividades com impacto público.

Refere-se ainda o núcleo de sindicalismo do Porto que elaborou o documento: "POR UMA NOVA CORRENTE SINDICAL" que foi objecto de discussão por sindicalistas de vários quadrantes.



Outros núcleos se formaram cuja actividade não conseguiu projectar-se suficientemente para o exterior. Elaboraram todavia, alguns textos de sensibilização:

- Em Lisboa, núcleos sobre indústria automóvel e indústria naval, transparência da linguagem, energia/ecologia, etc.
- No Porto, núcleos sobre energia, relações culturais com os países africanos de expressão portuguesa, regionalização, etc.

3.7 - Publicações

Foi diversa a actividade do Movimento neste domínio desde o Boletim interno INTERCOMUNICADOR, de que saíram dois números, até diversos cadernos temáticos da responsabilidade das estruturas regionais ou dos núcleos temáticos, passando pela revista do Movimento, ANIMADOR, de que saíram três números, dois em 1984 e um em 1985.

Como exemplo de cadernos temáticos:

- Os editados em 1984 pelo Núcleo de Évora, GUIA DO JOVEM AGRICULTOR e AGRICULTURA DE GRUPO.
- Os editados pelo núcleo de Educação do Porto, a propósito dos debates realizados em Março de 1984 e em Fevereiro de 1985, respectivamente "ESCOLA REPRODUTORA? ENSINO UNIFICADO E ENSINO TECNICO EM DEBATE" e "CLASSIFICAÇÃO FORMA DE SELECÇÃO SOCIAL: A escala de 1 a 5 em Debate".
- Os cadernos editados pela CCR do Norte, tais como a Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo no Debate sobre



- "DEMOCRACIA E ESTRUTURA DO ESTADO"; "OS JOVENS E A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NA REGIÃO NORTE: Que Margens de Acção Possível?" texto da Intervenção de António Manuel Figueiredo na S.I.T. realizada em 2.2.84; e "A Região Norte e a Questão Energética (texto preliminar)" da autoria de António Borges Regedor e António Ferrari, do Núcleo de Energia do MAD/Norte, editado em Junho/84. Estes cadernos foram preparados no âmbito do tema geral de trabalho REFERENCIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO.
- O Caderno AREAS DE REFERENCIA emanado do Plenário Nacional de 1984, incluindo as principais intervenções produzidas no Plenário ou posteriormente enviadas por escrito à CCN.

Fundação Cuidar o Futuro

3.8 - Concerto da Maria João Pires

Não podemos deixar de salientar, por fim, o grande êxito que teve o concerto oferecido ao MAD pela pianista Maria João Pires, em Lisboa, em Maio de 1984.

1986. Junho

